

Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966

Andréa Casa Nova Maia¹
Lise Sedrez²

1 Introdução³

Então na Praça da Bandeira tava tudo cheio, sempre! Não tinha vez que não ficasse cheia a Praça da Bandeira, por conta também do rio Maracanã que fica ali... Vivia cheio. E passava muita corredeira, parecia que tinha um rio ali mesmo e tinha, não é? Mas só que quando ele transbordava, e mesmo quando ele não transbordava e sempre acontecia isso, a Praça da Bandeira sempre foi um horror, foi um horror...

Vera Lúcia de Carvalho, entrevista gravada pelas autoras em 22 de fevereiro de 2012.

-
- 1 Professora de História do Brasil do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista Pesquisador Sênior da Fundação Casa de Rui Barbosa.
 - 2 Professora de História da América do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). PhD pela Universidade de Stanford.
 - 3 Este estudo faz parte de um projeto maior, intitulado **Cidades submersas: Paisagem, História e Memória das enchentes no Rio de Janeiro e em Buenos Aires no século XX (décadas de 1900 a 1960)**, financiado pela FAPERJ, e conta com a colaboração de Aline Januário (PIBIC/CNPq/UFRJ) e Lília das Neves.

Agora você veja, é um problema social. Porque devemos conscientizar as pessoas que, apesar delas não verem o rio que está passando, está passando um rio aqui por baixo... Se embaixo não dá para passar, vai começar uma enchente...

Herenice Auler, entrevista gravada pelas autoras em 15 de fevereiro de 2012

A memória ambiental da cidade maravilhosa, para seus moradores, é composta por bem mais do que praias, florestas e montanhas. Ela passa pela vivência do espaço construído e, neste, a chuva é um dos elementos que cariocas compartilham no ir e vir cotidiano do Rio de Janeiro. Ela passa também pelo “horror” da cidade paralisada, alagada, submersa, pelos deslizamentos dos morros, pela memória dos temporais de verão.

Este artigo busca responder a duas inquietações iniciais de pesquisa. A primeira, teórica, diz respeito às relações entre história ambiental e história oral. Nosso objetivo aqui é sublinhar a importância da história oral para a escrita de uma história ambiental urbana, consonante com o debate contemporâneo sobre os rumos da história ambiental, a saber, conduzido por historiadores como William Cronon (1991) e Martin Melosi (2000).

Nossa segunda inquietação, de caráter mais empírico, diz respeito à história própria da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, como a população viveu a experiência das enchentes ao longo do século XX. Em especial, a da enchente que marcou a memória da cidade em 1966. Em plena ditadura militar, no Estado na Guanabara, o governo de Negrão de Lima representava a oposição carioca aos militares. Margeando, porém, as disputas políticas, a enchente de 1966 evidencia uma rede de solidariedade inusitada. Havia um dilúvio, e não havia uma arca para abrigar Noé. A arca deveria ser construída debaixo de chuva – e foi construída pela população, pelo Estado e por instituições públicas e privadas. Nosso artigo procura entender esse “processo construtivo” da “arca”, isto é, como a cidade reagiu a um fenômeno natural que se tornou uma crise social: a Grande Enchente de 1966. É essa “construção” que nos permite entender os diversos projetos para a cidade. Mais ainda, importa aqui investigar como a cidade construiu distintas relações com a natureza, reais e imaginárias.

A chuva funciona como um fio condutor para entender as relações entre história, memória e natureza no Rio de Janeiro do século XX. A chuva, parte de um processo natural de ciclos de água, tão antigo quanto a própria terra, cai em um espaço produzido, como definia Lefebvre (1991), que abriga relações humanas

e, estas, por sua vez, também constroem aquele espaço. A chuva também evidencia a reciprocidade existente nas relações entre história e natureza, nem sempre reconhecida pelos urbanitas. Na dicotomia campo/cidade, homem/natureza, o entendimento implícito é que no campo se está sujeito aos caprichos da natureza, e na cidade, ao contrário, se está a salvo e acima destes. Enchentes revelam essa percepção como uma falsa segurança, uma certa *hubris* que se desmancha na chuva como soldados de papel. Como bem recorda Dorothee Brantz (2006), a natureza, em muitos casos, determina a localização e o desenvolvimento da cidade. Não teriam sido as vantagens da Baía de Guanabara como porto seguro uma atração decisiva na escolha do local da cidade? E não foram os morros, os pântanos, os mananciais de água (ou sua ausência) que definiram os limites da Cidade Velha? Por outro lado, a cidade transforma a natureza – e o desmanche do Morro do Castelo (ocorrido em 1922), os intermináveis aterros de praias e mangues também testemunham essa relação intensa, de mão dupla.

Brantz, de fato, inscreve-se nesse novo ramo de história ambiental urbana que responde ao apelo de William Cronon nos anos 80, sobre a necessidade de observar a natureza urbana (Cronon, 1995). Cronon pertence à segunda geração de historiadores ambientais, que cresceu com os ecos dos primeiros movimentos ambientalistas dos anos 60, e que observava fascinada os estudos de história ambiental dos anos 70 – cujos estudos sobre ideias de *wilderness*, florestas, paisagens agrárias forjaram a disciplina. Cronon, no entanto, sem perder de vista as lições da primeira geração, ressalta que a experiência ambiental de grande parte da população do planeta se dá não em parques nacionais ou desertos, mas em cidades, convivendo com animais urbanos amados (cães e gatos) ou odiados (ratos e baratas), com árvores em áreas verdes cercadas e praças, com preocupações contínuas sobre qualidade da água ou do ar (poluição).

Essa natureza urbana não é tão óbvia quanto em uma floresta. Está sob o asfalto, procurando vencê-lo como as raízes de uma árvore de um canteiro central de uma larga avenida ou cercada por grades nos parques. Ela é transformada, mas tão presente na história urbana quanto os rios canalizados que cruzam os subterrâneos da cidade do Rio de Janeiro. Dos 50 rios que alimentavam a Baía de Guanabara, poucos ainda são visíveis para os habitantes do Rio de Janeiro e Niterói e, no entanto, sua influência é sentida em cada tempestade e enchente.

Os rios subterrâneos explodem com força quando enchem e ultrapassam suas prisões de concreto, obrigando-nos a reconhecer sua existência e a lembrar de que eles estão vivos. Recuperar a memória dessas enchentes, desses rios apa-

rentemente esquecidos que carregam os esgotos da cidade e todas as coisas que se preferem ocultas, é também recuperar a memória da cidade. O rio de memórias deixa transbordar os desgovernos, a falta de políticas de planejamento urbano que propiciariam a melhoria das condições de vida na cidade.

Para canalizar tais memórias, a metodologia de história oral conduz as pesquisas de história ambiental. As pessoas que entrevistamos, cidadãos comuns, anônimos da cidade, só se recordam desses rios que lhes passam sob os pés quando são instados a se lembrar das enchentes. No entanto, suas vidas, em vários momentos, são definidas pelas experiências das enchentes. Um dos nossos entrevistados, o Sr. Armando, 89 anos, menciona, por exemplo, quase como um detalhe menor, que a casa de seu pai, onde nasceu, foi destruída numa inundação em um bairro de subúrbio, Vigário Geral, o que obrigou toda a família a mudar de comunidade.⁴ Essa inundação, no entanto, foi como que incorporada ao seu cotidiano, em contraste com a enchente de 1966, que é definida como desastre público. Mero aborrecimento ou grande catástrofe, histórias de enchentes são compartilhadas entre cariocas, criando uma memória urbana comum, um imaginário salpicado de chuvas. Todos conhecem alguém cujo carro enguiçou em alguma chuva; todos ficaram um dia ilhados, esperando a chuva amainar, porque a rua estava alagada; todos sabem de um caso em que uma família perdeu tudo; e todos discutem se a enchente deste ano foi maior ou menor do que a do ano passado, ou se é comparável à Grande Enchente de 1966.

Essa diversidade de memória de enchentes revela um importante axioma da história ambiental: os fenômenos naturais não se repetem, e não são os mesmos em cada tempo e lugar. Um terremoto de intensidade oito na escala Richter no norte do Chile, em uma área rural, cria diferentes memórias se comparado ao terremoto que destruiu a cidade de San Francisco de 1906. Da mesma forma, as chuvas de verão descritas por Jean de Léry (1980) na Baía de Guanabara no século XVI diferem radicalmente das tormentas que paralisaram a cidade de mais de 4 milhões de habitantes em 1966 – ainda que o local fosse o mesmo ou que a quantidade de chuva fosse similar. Exatamente para assinalar a importância da especificidade de *lugar e tempo* em uma história de memória ambiental, buscamos

4 O Sr. Armando nasceu no Rio de Janeiro, em 12/06/1922. Nasceu perto de onde hoje se situa hoje o Sambódromo, tendo morado no subúrbio (Vigário Geral) durante a infância até se mudar para a Rua Ibituruna, onde mora até hoje numa bonita vila de casas. É advogado. A entrevista foi gravada pelas autoras no dia 15 de fevereiro de 2012.

neste texto focar um momento em particular (a enchente de 1966) e um lugar em particular (a Praça da Bandeira) ao estudar as relações entre cidade e natureza na memória.

2 O Rio e as enchentes

As chuvas estão presentes na história do Rio de Janeiro desde sua fundação – e, muito antes disso, faziam parte da história das comunidades que viviam na região. Sua localização entre mar e montanha, em uma zona tropical, torna a cidade um ambiente úmido, propício para o desenvolvimento de extensos manguezais e florestas tropicais úmidas, como a Mata Atlântica. A umidade é alta no Rio durante todo o ano, mas é principalmente entre dezembro e março que as chuvas castigam a região em grandes tempestades de verão.

“Castigam” é, obviamente, uma figura de linguagem que já atribui agência à natureza – mas sem muita reflexão. A água talvez *castigue* a cidade, mas não a região. Ao contrário, os mangues, os pássaros, as árvores e matas recebem a chuva com gratidão. A chuva tropical é parte do ambiente da Guanabara, tanto quanto o sol tropical. Antes que a cidade existisse, Jean de Léry, um dos primeiros cronistas da Baía de Guanabara no século XVI, se divertia com a celebração do micos pretos nas chuvas: “reunidos geralmente em bandos, *sobretudo no tempo das chuvas*, é grande prazer ouvi-los gritar e celebrar o seu *sabbat* nas árvores, tal como o fazem os nossos gatos nos telhados” (de Lery, 1980, p. 142, grifo nosso).

Alguns anos depois, as chuvas, que tanto animavam os micos de Jean de Léry, assustariam os moradores da jovem cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Cercados por mangues, morros e mar, os novos cariocas a duras penas abriam picadas e drenavam pântanos que lhes permitissem, por um lado, criar uma comunidade sólida no alto do Morro do Castelo e, por outro, manter um acesso seguro ao porto, que era sua ligação com a metrópole. Não é de se espantar, portanto, que quando as chuvas torrenciais, seguidas de fortes ressacas, cobriam as tais picadas e transformavam a Rua Direita (futura Rua Primeiro de Março) em um rio caudaloso, os momentos de pânico e de perda permanecessem na memória da cidade (Weber, 2001, p. 19). Eram as

primeiras chuvas históricas do Rio de Janeiro. Note-se que não se trata aqui de uma medição objetiva – as primeiras medições pluviométricas surgiram apenas no século XVII, na Europa –, mas de um *registro de memória*. O importante não era exatamente quanta chuva caía, mas os distúrbios que esta causava à cidade.

Esses registros de memória de chuva permeiam a própria história da cidade. Entre 21 e 22 de setembro de 1711, chuva e neblina permitiram que o corsário Duguay Trouin chegasse às portas da cidade quase sem ser notado. A elite carioca fugira para as florestas, abandonando a cidade à mercê dos trovões e dos canhões. Após obter um resgate, Duguay-Trouin deixou para trás uma cidade humilhada... e inundada. Quarenta anos mais tarde, o cronista Balthazar da Silva Lisboa registrava que três dias de chuva ininterrupta levaram a cidade à beira de total colapso. As águas cobriram as principais vias da cidade e invadiram casas sem aviso. A população, em pânico, buscou abrigo das chuvas nas igrejas, rogando aos céus pelo fim do flagelo. Da Rua do Ouvidor à Praça Mauá, no coração da cidade, tudo era água (Weber, 2001, p. 20).

Se a chuva era flagelo divino em 1751, no século XIX a percepção parece mudar. Em fevereiro de 1811, uma semana de chuvas e tormentas causou desabamentos no Morro do Castelo, com perda de casas e vidas. Ficou conhecida aquela enchente como as “Águas do Monte”. D. João VI, tendo chegado de Portugal poucos anos antes, exigiu um inquérito sobre a enchente e, mais que a vontade de Deus, as causas encontradas eram “a falta de conservação das valas e drenos pelos entulhos e lixos e demais imundícies lançados nelas” (Rora & Lacerda, 1997, p. 43). Cento e cinquenta anos depois, esse registro de memória reaparece nas entrevistas com os moradores da Praça da Bandeira: a população é em parte responsabilizada pelo entulho em valas e bueiros, assim como o Estado é responsável pela falta de conservação e drenagem.

Os registros de memória das chuvas tornam-se mais frequentes ao longo dos séculos XIX e XX. Não há razão para crer que essa maior frequência de registros reflita uma maior quantidade de chuvas – mas sem dúvida reflete uma maior frequência de enchentes. Cabe aqui distinguir entre chuvas e enchentes: se as chuvas são parte do ciclo natural de águas, com maior ou menor precipitação, maior ou menor intensidade, as enchentes dizem respeito ao escoamento dessas chuvas. A chuva no alto da Serra do Mar faz com

que rios caudalosos desçam a serra, chegando carregados na planície da bacia da Baía de Guanabara. Ali, o traçado dos rios se expande, com meandros e curvas que aumentam a superfície de contato com as margens e a vegetação. A terra se encharca, absorve o excesso de água. O que não é absorvido escoava para os manguezais, um ecossistema que não só se beneficia como necessita da variação de marés e de níveis de água.

Mas o que acontece quando os rios estão contidos em canais de concreto e há pouco contato com a terra? Quando o chão em que cai a chuva é asfaltado e a vegetação natural substituída por casas e construções? Quando os morros perdem sua cobertura verde e a terra fica exposta à erosão das chuvas? A capacidade de absorção fica sensivelmente comprometida; a água se acumula em canais e valas, tomando violentamente ruas e casas. As ondas altas das marés não mais se dissipam nos mangues e pântanos, mas se chocam furiosamente com barreiras de concreto e avenidas à beira-mar. Morros tornam-se ilhas, ruas tornam-se rios, casas tornam-se vulneráveis, surge o medo (pouco provável) de epidemias e o de desabamentos (bastante realista) e de perda de vidas e propriedades. Em outras palavras, se a chuva, por intensa que seja, é parte da natureza, a enchente é um problema social.

A urbanização do Rio de Janeiro, portanto, levou ao aumento, e não à diminuição, das enchentes históricas ao longo do século XX. Isso aconteceu, como mencionado acima, pelo próprio planejamento urbano que canalizava rios, construía em áreas alagadas e aterrava extensas áreas da Baía de Guanabara. Esse controle do espaço urbano “de cima para baixo” não é, claramente, monopólio dos engenheiros e políticos cariocas; ao contrário, essa tendência ao hipermodernismo foi brilhantemente analisada por James Scott (1998). Mas, no caso do Rio de Janeiro, a expansão histórica da cidade – primeiro morro abaixo, depois baía adentro e finalmente morro acima – criou espaços desiguais em termos de vulnerabilidade às águas, as chamadas áreas de risco, nas quais certos grupos da população (mais pobres, menos assistidos pelo Estado) estão também mais vulneráveis que outros às enchentes.

Assim, entender a memória da enchente não pode ser um exercício homogêneo para toda a cidade do Rio, mas exige do pesquisador a escolha deliberada de certas áreas em vez de outras – daí termos elegido a Praça da Bandeira como ponto focal deste estudo.

2.1 A Praça da Bandeira

Se há algo com o que nossos entrevistados concordam, é que a Praça da Bandeira “sempre enche, sempre encheu”. E, de fato, a maior parte dos moradores do Rio de Janeiro concorda com isso, mesmo aqueles que raramente visitam a praça. Um espaço amplo de passagem, ideal para fotos panorâmicas, a Praça da Bandeira tornou-se um ícone do Rio de Janeiro das enchentes. É possível encontrar imagens da praça alagada na primeira década do século XX, ou, mesmo antes disso, charges denunciando enchentes na região. Ironicamente, mesmo se outras áreas da cidade apresentam maiores problemas de enchentes, mesmo se os desabrigados vêm majoritariamente dos morros e não das praças, é a imagem da Praça da Bandeira alagada que define na memória do carioca o momento da enchente.

Mas, quando é o “sempre” para a Praça da Bandeira? Porque, se o espaço urbano é um “espaço construído”, em poucos lugares isso é tão exato, e em tantos sentidos, como na Praça da Bandeira. Até fins do século XIX, a praça não existia – e não porque ali houvesse outras terras, outras construções, quem sabe um engenho. Até praticamente o século XX, no local da Praça da Bandeira havia mar, um pedaço da Baía de Guanabara. O “sempre”, então, é bem mais recente do que se percebe.

Elmo Amador (1997), no seu livro *A Baía de Guanabara e os Ecossistemas Periféricos*, desvenda o processo de criação da Praça enquanto lamenta a perda dos mangues, da biodiversidade, das ilhas e praias da região. Segundo Amador, no século XVI, entre a Ponta do Caju e a Gamboa, havia um braço da Baía de Guanabara que entrava terra adentro. Perfeitamente navegável, o Estuário ou Saco de São Diogo tocava no que hoje é a Praça Onze. Era cercado por enormes manguezais, de quase oito quilômetros quadrados, “atingindo à direita o atual Campo de Santana, que era um extenso terraço de areias marinhas, elevado em relação aos mangues, e à esquerda em direção à atual Praça da Bandeira, prosseguindo como brejo (tejuco) até a Tijuca, daí a sua denominação” (Amador, 1997, p. 226-227).

Na verdade, o Saco de São Diogo e os pântanos limitaram o crescimento da cidade para o norte até pelo menos o século XVIII. Ao mesmo tempo, nesses primeiros dois séculos, os moradores desenvolveram tecnologias de drenagem e aterros, que estabeleceram um padrão para a expansão da cidade. Era apenas uma questão de tempo até que o grande manguezal de São Diogo sucumbisse.

E sucumbir ele iria. Inicialmente, pelas praias e enseadas, quando trapiches e armazéns eram construídos na Gambôa, o que hoje é a zona portuária do Rio

de Janeiro. Os pântanos de Pedro Dias e do Campo de Santana foram drenados por ordem do Vice-Rei, Marquês de Lavradio, cuja administração foi marcada por algumas das mais importantes reformas urbanas da cidade.

A grande transformação do Saco de São Diogo, no entanto, ocorre no início do século XIX, quando a Família Real chega ao Brasil, em 1808. Escolhida como morada real a Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, o príncipe regente precisava de uma comunicação fácil entre esta e o coração da cidade. Para isso, foram aterrados parte dos manguezais e o estuário – e daí se fez o Caminho do Aterrado, que passava pela Ponte dos Marinheiros construída por Lavradio –, cujos remanescentes ainda são visíveis hoje. O estabelecimento da Família Real na região abre não só um caminho físico, mas também político, para a expansão da cidade para o norte, e os bairros do Estácio e a Cidade Nova se desenvolvem a partir daí. Em 1850, já havia perto de duas mil casas na área do aterrado, então chamada de Cidade Nova (Amador, 1997, p. 289). Área de passagem e área residencial, o novo matadouro público é construído também no Caminho do Aterrado, num lugar que se chamaria Largo do Matadouro. É a nossa futura Praça da Bandeira.

Nesse período, outros elementos característicos da Praça da Bandeira são construídos: em 1857, o Barão de Mauá canalizou mais uma parte do Estuário de São Diogo, “entre a Praça XV e a Ponte dos Marinheiros”, numa extensão de 1.176 metros. (Amador, 1997, p. 289). Era o início do Canal do Manguê, que aparece com tanta frequência em nossas entrevistas. Em 1881, o antigo matadouro foi transferido para Santa Cruz, e uma nova onda de reformas urbanas iniciou-se.

Mas é finalmente Pereira Passos, no período entre 1904-1906, que dá à região as feições topográficas atuais. O prefeito remodelou o Canal do Manguê e aterrou o que ainda restava do Saco de São Diogo até o mar em São Cristóvão. Das suas reformas, que cobriram outro ponto crítico de chuvas próximo à Praça da Bandeira, o Campo de São Cristóvão, surgiu também a nova Avenida Francisco Bicalho, um dos limites atuais da praça. Segundo Amador, “tem início na administração de Pereira Passos a canalização dos rios da baía do Estuário de São Diogo, com os Rios Comprido, Maracanã, Trapicheiro, que teriam continuidade nas administrações de Paulo de Frontin e Carlos Sampaio” (Amador, 1997, p. 325). As obras de Pereira Passos de fato transformam o antigo Largo do Matadouro na Praça da Bandeira, uma paisagem muito próxima do que se tem hoje.

Marquês de Lavradio, Dom João VI, Barão de Rio Branco, Pereira Passos. A história da criação da Praça da Bandeira parece cotejar os marcos históricos da expansão urbana do Rio de Janeiro, como se a praça contivesse a cidade e não o

contrário. Ela começa como limite da cidade, e transforma-se em ponto nodal de transporte e moradia. Torna-se, também, sinônimo de enchente – o Rio que sempre enche.

De fato, a Praça da Bandeira sempre enche – mas as enchentes ali reverberam no resto da cidade com maior impacto, por várias razões. A primeira é a situação da praça em relação à Baía de Guanabara. Sendo um antigo estuário e mangue, o terreno é sensível às marés – e a Guanabara reclama quase com fúria seus antigos leitos durante as chuvas. Por exemplo, a Sra. Vera possui uma lembrança forte de como era a enchente na Praça da Bandeira. A Sra. Vera, 67 anos, nasceu no Rio de Janeiro e morou durante a infância e boa parte da juventude na Rua Barão de São Félix, na Saúde, região central do Rio de Janeiro. Ela nos conta que cursou a Faculdade de Letras da antiga Universidade do Estado da Guanabara, onde militou no movimento estudantil na época da Grande Enchente de 1966, prestando solidariedade aos atingidos, abrigando-os na faculdade. Saiu do Rio de Janeiro em 1978, indo para Belo Horizonte, onde atualmente é professora na Universidade Federal de Minas Gerais. A Sra. Vera sempre passava pela Praça para ir de casa para a escola e depois para o trabalho. Ela lembra que

na Praça da Bandeira tava tudo cheio, sempre! Não tinha vez que não ficasse cheia a Praça da Bandeira, por conta também daquele rio Maracanã que fica ali, então vivia cheio (...) E os ônibus todos parados. Nem entravam às vezes na Praça da Bandeira porque avisavam: “olha, está cheio”. Porque ali isso acontecia sempre, o boca a boca. Sempre que há enchente o boca a boca funciona muito. “Olha não vai pra lá não porque está cheio, está chovendo muito, está cheio”. Enfim, era isso. Aí passava, mas depois que baixava todo mundo ia para seus caminhos... Mas aí eu ia para a faculdade, às vezes chegava tarde e tudo mais e todo mundo chegava tarde porque não era fácil. Tanto quem vinha lá de cima da Tijuca quanto para quem vinha da cidade estava cheio. A Av. Presidente Vargas também ali aquela região do [Canal do] Mangue, Nossa Senhora! A gente ficava rezando para passar logo com medo que o Mangue extravasasse aquela sujeira toda, aquele mangue, aquele cheiro ruim, que aí...chegava na Leopoldina então, era uma coisa horrorosa. (Entrevista gravada pelas autoras, 22 de fevereiro de 2012).

Antigos moradores do entorno também possuem lembranças de como era a enchente na Praça da Bandeira, como a Sra. Maria Angelina, 79 anos.

Nascida no Rio de Janeiro, morou a maior parte de sua vida na região do entorno da Praça da Bandeira, com exceção da infância, que passou num internato num bairro da zona sul do Rio, Laranjeiras. Filha de uma costureira, de origem humilde, perdeu o pai muito cedo e ficou cuidando da mãe. Formada em advocacia, dividiam seu tempo a casa, na Rua Ibituruna, os trabalhos (no antigo Instituto do Café e depois no Colégio Pedro II, onde se aposentou) e a igreja, onde atualmente participa do coral. Na Grande Enchente de 1966, já morava próximo à Praça da Bandeira. Ela nos conta que “Aqui na Praça da Bandeira sempre foi assim, esse desastre.” E relembra dos percalços para chegar em casa:

Era mês de janeiro por aí, e nesse dia que encheu, uma coisa que aconteceu que eu nunca vi foi... eu vindo do trabalho quando eu cheguei ali perto da [rua] Campos Sales, que eu descí ali, porque tinha um ônibus que passava e me deixava na rua Haddock Lobo... Aí eu descia lá e vinha andando a pé. Quando eu cheguei vi a rua toda cheia. E falei ‘não adianta eu descer aqui, eu vou descer na Praça Saes Peña que lá não enche e eu vou descer lá’. Quando eu cheguei na Praça tava um rio, aí eu descí, tinha aqueles cinemas todos ali, eu me lembro direitinho que eu fiquei... Desci em frente ao Cine Mètro, que o Mètro era na Tijuca. Fiquei lá até mais ou menos meia noite por aí, quando começou a diminuir a água. Quando diminuiu e já dava para eu passar andando numa boa, aí eu fui pro outro lado, onde tinha o ponto do ônibus. Entrei no ônibus, nem sabia que ônibus era, porque aqui dava mão e contra mão nessa rua na época. Ai eu... a sorte é que eu vim para cá. Aqui passava bonde também. O ônibus veio para cá, aí eu descí ali na esquina, mas eu descí **com água por aqui assim nas coxas...**” (Grifo nosso, entrevista gravada pelas autoras, 12 de fevereiro de 2012).

Para os que, como a Sra. Angelina, trabalhavam no centro da cidade, as enchentes da Praça da Bandeira eram temidas não só pelas águas, mas também pela importância estratégica de ser a “ponte” entre a zona norte, o centro e a zona sul, por onde a maioria do transporte público circulava. Como registram as lembranças do Sr. Armando, 89 anos:

Meu foco era a Praça da Bandeira, não é? Porque inclusive o bonde vinha por aqui na Rua Senador Furtado passava aqui na Rua Mariz e Barros e entrava ali na Rua Ibituruna e depois era o Andaraí e... porque na Praça

da Bandeira tinha um ponto de ‘cem réis’, era um ponto da mudança, do dinheiro da passagem. Então a pessoa que vinha de lá até a Praça da Bandeira pagava um preço, da Pça. da Bandeira até o outro lado pagava um outro preço. Então a Praça da Bandeira era o que chamava ponto de ‘cem réis’ justamente, era um local importante para o traslado dos subúrbios ao centro de bonde... (Entrevista gravada pelas autoras, 13 de fevereiro de 2012)

De fato, a segunda razão para o impacto das enchentes da Praça da Bandeira na memória das enchentes na cidade é exatamente essa centralidade da praça para o espaço de circulação do Rio de Janeiro. A Praça da Bandeira une zona norte, zona sul (via Túnel Rebouças) e centro – portanto, quando a circulação é interrompida naquele ponto, a paralisação ecoa pelas três áreas principais da cidade.

Finalmente, há o papel dos jornais de registrar as chuvas na Praça da Bandeira. Um dos mais importantes jornais do Rio até a década de 70, o *Última Hora*, tinha sua sede na praça. Por outro lado, a visão panorâmica, os espaços abertos da Praça da Bandeira ofereciam, entre tantas paisagens cariocas, a dramaticidade necessária para o discurso jornalístico da enchente.

É essa imagem dramática, presente nas páginas dos jornais, que reforça a memória daquele que lembra. A memória individual dos nossos entrevistados, moradores da Praça da Bandeira, entrecruza-se com a memória construída pelas imagens e manchetes dos jornais. Entre lembranças e jornais, entre voz, texto e imagem, cria-se a história da cidade submersa.

3 Narrando o cotidiano da Grande Enchente de 1966: entre jornais e relatos orais

A enchente de 1966 foi vivida pela população do Rio nas ruas alagadas, nas casas inundadas, nos morros que desabavam. Mas havia também uma enchente nos jornais, que competiam entre si pelas manchetes mais emocionantes, pelas notícias mais dramáticas. O jornal *Última Hora* descrevia, escolhendo cuidadosamente as frases que poderiam causar maior impacto, a força das águas e as terríveis notícias do dilúvio na cidade do Rio de Janeiro. O *Jornal do Brasil*, por

sua vez, tinha caráter mais informativo, e entremeava manchetes alarmistas com chamados a debates, apelos à solidariedade e à cidadania.

A chuva começou no dia 11, e chegaria à precipitação pluviométrica recorde de 245mm. Naquele dia, o *Última Hora*, cuja sede se situava exatamente na Praça da Bandeira, conforme já foi dito, não pôde circular. Nas manchetes do dia seguinte, letras garrafais traduziam a calamidade pública, como decretado pelo governador Negrão de Lima: “O Rio de Janeiro pede socorro. Dilúvio. Mais de 100 mortos nas águas em fúria. Dois bilhões contra a catástrofe” (*Última Hora*, 12 de Janeiro de 1966, p.1).

O Rio revivia a tragédia bíblica do Dilúvio. As chuvas, as maiores do século XX, transformaram o Rio em uma imensa cidade submersa em águas barrentas, levando a morte e a destruição a praticamente todos os seus bairros e subúrbios. Ao fim dos quase dez dias de chuva ininterrupta, a força das águas causaram mais de duas centenas de mortes e prejuízos incalculáveis. Os bombeiros recorriam a embarcações para substituir seus carros, que se perdiam nas corredeiras. Automóveis em geral eram inúteis – e mesmo os que permaneciam nas garagens não estavam a salvo das enxurradas. O sistema hospitalar entrou em colapso e a ameaça de epidemias atingia o então jovem Estado da Guanabara sob o signo da tragédia. E “a alegria do carioca dava lugar a uma imensa tristeza e ao pranto coletivo”, como a reportagem afirmava (*Última Hora*, 12 de janeiro de 1966, p.1). A narrativa trágica do jornal traz à tona o cotidiano e as dimensões da catástrofe.

A Secretaria de Segurança da Guanabara revelou, na noite de ontem, que passou a empregar caminhões cobertos com lona para o transporte de cadáveres para o Instituto Médico Legal, uma vez que os rabeções disponíveis são insuficientes para a remoção de tantos corpos. Às 21 horas, elevava-se a 97 o número de cadáveres recolhidos ao IML, que os estava embalsamando com formol, porque as geladeiras do Instituto também foram avariadas pelas águas. O Comandante do Corpo de Bombeiros, que visitava o IML, confessou seu assombro diante do quadro que ali vira, dizendo: - **Nunca vi tantas mortes provocadas por enchentes.** (*Última Hora*, 12 de janeiro de 1966, p.1, grifo nosso).

No dia seguinte ao início das chuvas, os cariocas constatavam que estas tinham provocado um colapso quase total na vida da cidade, cujas atividades se tinham reduzido em 85%. Naquele dia, repartições públicas, fábricas, escritórios e lojas abriram muito depois do horário normal e encerraram cedo seu

expediente. No centro, a cidade apresentava o aspecto de um feriado, mas não era um feriado festivo. Na zona sul, nos subúrbios, nos morros, centenas de famílias choravam seus mortos. Nas cinco capelas do Instituto Médico Legal, os cadáveres amontoavam-se no chão, enquanto em volta se atropelavam os parentes em pranto. Temia-se o tifo e a falência completa do sistema de comunicações, cujas linhas já tinham sido danificadas pelas chuvas (*Última Hora*, 12 de Janeiro de 1966, p.1).

Ironicamente, em meio à chuva, faltava água. Devido ao rompimento da antiga adutora do Rio Guandu, o fornecimento de água foi interrompido. O *Jornal do Brasil* de 13 de janeiro de 1966 trazia um “apelo ao povo carioca”, pedindo que se evitasse qualquer desperdício de água. A falta d’água durou ao menos uma semana, dificultando a limpeza doméstica das casas e ruas atingidas pela enchente, e mesmo a hidratação da população.

E eram as mulheres que tomavam conta dos lares que mais sofriam em busca de água, onde quer que ela estivesse:

Desde as primeiras horas de ontem registrou-se na Zona Norte **corrida de donas-de-casa** aos caminhões-pipas do Exército que, em Socorro da população, se deslocaram para Jacarepaguá, Tijuca, Grajaú, Vila Isabel, Andaraí e outros pontos. (...) Na Rua Ernani Cardoso, Cascadura, dois caminhões-pipas do Exército tiveram logo seu estoque esgotado, mas voltaram a fazer diversas viagens atendendo as filas. No Largo do Pedregulho, há uma fila quilométrica de manhã à noite, junto a um charfariz público. Soldados do Exército estão colaborando também nas obras de interligação das adutoras. (*Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1966, p. 5, grifo nosso).

No dia a dia da enchente, visto pelos jornais, percebemos as ações de limpeza e reconstrução de algumas regiões da cidade, mas a ênfase é nos espaços de circulação. Na reportagem, nos é informado que já haviam sido desobstruídas a Estrada Grajaú-Jacarepaguá e a Avenida Niemeyer, enquanto a Estrada de Furnas demoraria ainda mais uma semana para ser liberada. Quanto à Estrada de Canoas, continuaria interdita por uns dois meses. A enchente transformava, naqueles dias, a vida dos habitantes da cidade, fosse ilhando-os em suas casas, fosse impedindo-os de sair e de se deslocar para outras partes da cidade.

Mas a memória da destruição e da limpeza da cidade é também uma memória plural, em que ora vemos uma cidade destruída, ora vemos uma cidade que,

logo após o dilúvio, já volta ao normal. Perguntamos para nossos entrevistados: “Mas as ruas ficavam muito sujas? Como é que era a destruição depois da enchente?”. E o Sr. Armando, por exemplo, respondeu: “Não, não ficava muito... Ficava muita coisa não. Lama, a maior parte é mais água do que (...) terra. Aqui é tudo direitinho, se tiver uma enchente, daqui a pouco baixa...”

A Sra. Maria Angelina também lembra como se tudo tivesse voltado rapidamente ao normal: “Ficou normal, fica muita lama aquela coisa toda, que depois eles limparam não é?” E a Sra. Vera se lembra do pós-enchente, afirmando que o que marcava mesmo era a sujeira: “...mas a sujeira é o que mais fica na nossa cabeça. A lama. E tudo que vem com a lama, a sujeirada toda.” Ao ser questionada se a prefeitura limpava, todos afirmam que sim, mas a Sra. Vera faz uma ressalva importante, já que o lembrar não é só temporal, mas tem uma dimensão espacial. Lembra-se dos lugares por onde se passa:

“...Vinha, depois vinha limpando. No Rio de Janeiro sempre houve essa limpeza rápida. Não foi uma coisa que demorasse, não. É, **ao menos onde eu passava**, é, por onde eu passava, não sei como é que é na zona norte, por exemplo.” (Entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012, grifo nosso).

Os comerciantes também eram fortemente atingidos pela enchente, perdendo seus produtos ou, no caso da falta de água, tendo que fechar suas portas. Segundo matéria do jornal de 19 de janeiro, dezenas de bares e restaurantes em toda a cidade estavam fechando as “portas na impossibilidade de conseguir água. Na Zona Sul, principalmente, há áreas, como o Posto 2 que não recebem água desde sexta-feira. Moradores telefonam sem cessar para a redação, em aflitivos pedidos de providências. Não há água para a mais elementar higienização num apartamento e está-se tornando um problema dos mais sérios até mesmo cozinhar” (*Última Hora*, 19 de janeiro de 1966, p. 1). De fato, as perdas comerciais perduram nas lembranças da Sra. Vera, quando esta conta que

... perto da Central do Brasil, ali perto da onde eu morava tinha uma casa de charque, que depois até foi comprada pelas Casas da Banha, mas ali tinha uma chamada Casa do Charque, era um cheiro, Nossa Senhora! E depois ninguém queria comprar nada lá porque enchia, e aí como é que ia comer um feijão, porque era tudo...não tinha nada embalado como hoje... Tinha que ensacar na hora. Comprava um quilo, comprava dois

quilos, era açúcar, feijão de todo tipo, e muita carne, muita carne assim, charque, toucinho, enfim. E ninguém mais comprava, os caras tinham um prejuízo danado, enfim. (Entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012)

Outro problema era o da desidratação, pois a chuva não diminuía o calor intenso que, agravado pela falta de água, tinha provocado diversos casos de desidratação. Em Cascadura haviam sido registrados três casos; em Madureira, também três; em Andaraí, dois; na Tijuca, um; em Ricardo de Albuquerque, quatro; em Deodoro, dois; e na Penha, o bairro mais atingido pela seca e calor, cinco casos.

As enchentes também traziam o medo de contaminação e de terríveis doenças, como difteria, tétano, leptospirose e tifo: “Eu me lembro que às vezes chovia demais e as águas ficavam muito paradas e não havia condição da gente ir pra escola porque sempre havia água nas canelas. E essa água nas canelas podia ter muita doença, então a minha mãe, por exemplo não deixava eu ir, quando chovia assim, enquanto as águas não baixavam ela não deixava eu ir pra escola”, conta a Sra. Vera. (Entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012).

Na enchente de 1966, o governo iniciou fortes campanhas de vacinação, principalmente de tifo. Mas o trabalho se tornava difícil com a falta de água. Em consequência dos numerosos casos de desidratação, nos postos de vacinação antitífica, os médicos estabeleceram que as crianças só poderiam ser imunizadas depois de um exame. Em toda a cidade, registrava-se falta de água mineral e refrigerante, “especialmente aqueles que mais se assemelham a água – o que, no dizer dos consumidores, ‘matam a sede’”, conforme explicava a reportagem do jornal *Última Hora* do dia 12 de janeiro de 1966.

A população do Rio vivia as agruras das enchentes duas vezes: na própria pele e nos artigos de jornais. A cidade inteira sofria com as chuvas, e as manchetes tornavam as crianças desidratadas de Madureira, um bairro pobre, quase irmãs das crianças sem água do Posto 2, no Leme, um bairro de classe média alta. O Rio de Janeiro submerso era também uma cidade unida no desastre.

Ou quase, como veremos a seguir.

3.1 A rede de solidariedade e a participação das instituições

A pesquisa nos jornais nos permite acompanhar o dia a dia dramático da calamidade de 1966, as primeiras notícias sobre as vítimas do temporal. Mais que isso, porém, nos alerta para um aspecto igualmente importante da experiência coletiva da enchente: a rede de solidariedade que se formou quase que instantaneamente após as primeiras horas de chuva.

Tão logo os cariocas puderam se refazer dos sustos e das notícias de tragédias acarretados pelo temporal que enlutou a Guanabara nas últimas 48 horas começaram as **campanhas de solidariedade** para socorrer as vítimas da grande enchente que ilhou a cidade-estado. (Entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012, grifo nosso).

Equipes médicas e enfermeiras também se prontificaram a dar expediente nos hospitais, ao mesmo tempo em que os bancos de sangue recebiam incalculável número de doadores.

O *Jornal do Brasil* de quinta-feira, 13 de janeiro de 1966, trazia em sua página 5 uma reportagem com a lista de locais que recebiam os desabrigados. “*Onde e como ajudar as famílias desabrigadas*” era o título da matéria e, a partir dela, confirmamos o que todos os nossos entrevistados explicaram sobre a rede de solidariedade formada logo após o dilúvio:

A Secretaria de Turismo abriu um posto de arrecadação na Rua Real Grandeza, 293, para gêneros alimentícios e remédios. Não aceita dinheiro. A Faculdade de Filosofia do Estado da Guanabara, na Rua do Bispo, 334, está abrigando pessoas atingidas pelo temporal. À Rua São Clemente, 155, estão recebendo flagelados. O Educandário São Roque, na Rua Goiás, 458, em Piedade, necessita de Gêneros alimentícios e remédios para atender aos flagelados da 7ª Região Administrativa. A Escola Ferreira Viana, na Rua General Canabarro, 291, Tijuca, está precisando de comida quente ou enlatada. A Marinha de Guerra instituiu um fundo de assistência social para atender famílias de funcionários que tenham sido atingidas pelo temporal. (...) Um posto de vacinação foi instalado na Associação Cristã de Moços, na Rua da Lapa, 66. A Escola Estados Unidos, que tem mais de 600 pessoas desabrigadas, apelou durante todo o dia de ontem para que levassem água:

Rua Itapiru, 453, Catumbi. O Serviço Social do Morro do Tucano está atendendo às pessoas desabrigadas, necessitando de esteiras, jornais velhos, remédios e gêneros alimentícios. A Escola Uruguai na Rua Ana Néri, 192, São Cristovão, também está abrigando pessoas que tiveram seus barracões destruídos pelo temporal. O SESC e o SENAC estão funcionando na Rua Bambina, 19, para atender a quaisquer pedidos de viaturas, medicamentos e socorro médico. (Jornal do Brasil, 13 de janeiro de 1966, p.5.)

A Escola Rodrigues Alves; a Escola Pereira Passos; a Associação Israelita; a Escola Dr. Cócio Barcelos; o Clube dos Independentes, no Grajaú; inúmeras igrejas; um sem contar de colégios abrigaram as vítimas do temporal. O Colégio São Vicente, em Laranjeiras, tinha centenas de pessoas desabrigadas. Também clubes, como o Cascadura Tênis Clube, recebiam desabrigados e pediam através dos jornais que a população enviasse comida, cobertores, lanternas e esteiras.

O maior destaque era para o Shopping Center de Copacabana (atual Shopping dos Antiquários), um dos primeiros da cidade, construído poucos anos antes. O Shopping, onde se localizava a igreja da Paróquia de Santa Cruz, abrigara cerca de três mil pessoas em Copacabana, e fora transformado em área militar desde o dia 12 de janeiro, para evitar tumulto. Logo depois da divulgação de que o Shopping Center estava recebendo flagelados, para lá seguiram diversos agrupamentos de entidades oficiais e particulares, como o Lions Clube e o Rotary Clube de Copacabana, a Polícia Feminina, a Legião Brasileira de Assistência, a Grande Maçonaria, uma Companhia de Artilharia da Costa, escoteiros e bandeirantes, além de um grande número de cidadãos, todos querendo prestar ajuda de alguma forma (entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012).

E na Praça da Bandeira? Na Rua Mariz e Barros, redes de solidariedade também se estabeleceram – como é bastante lembrado por nossos narradores em suas memórias. Os relatos orais nos permitem perceber que a participação de dois tipos de instituições foi particularmente significativa: no nosso caso, a Igreja e a Escola. Mas a memória narrada mostra como os sujeitos viram essas redes de solidariedade de forma diversa, atravessados pelo presente e por suas próprias histórias de vida.

Temos uma narradora, a Sra. Herenice, 89 anos, que dedicou toda a sua vida à Igreja, e para quem esta foi o grande motor no auxílio às vítimas da enchente. A Sra. Herenice nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1922, na Rua

Mem de Sá, perto da fábrica de seu pai, um importante comerciante de móveis, além de artista, de origem alemã. Conta com orgulho que seu pai desenhou os móveis para a Confeitaria Colombo: “de maneira que em 1922 quando eu nasci houve a Feira, a primeira Feira de Amostra do Brasil, de produtos do Brasil... e a Confeitaria Colombo inaugurada, mas papai desenhou os móveis. Então os móveis estão escritos ‘Marcenaria Auler’.” (Entrevista gravada pelas autoras, 15 de fevereiro de 2012). No entanto, um incêndio na fábrica forçou a família empobrecida a mudar-se para a Rua Mariz e Barros, perto da Praça da Bandeira. A Sra. Herenice foi freira, como a irmã, e formou-se em pedagogia pela PUC-Rio. Deu aulas no Instituto de Educação e até hoje trabalha na Paróquia como professora de catequismo. Na Grande Enchente de 1966, a Sra. Herenice já morava na Tijuca e participou ativamente da rede de ajuda às vítimas da calamidade

O Sr. Armando, em contraste, conviveu com Sra. Herenice nesse período de crise, e inicialmente nem se lembrava de que a Igreja tivesse algo a ver com a campanha. Para ele, a iniciativa fora toda do Instituto de Educação. Finalmente, a Sra. Vera sublinha a iniciativa dos estudantes da Universidade do Estado da Guanabara, na Faculdade de Letras, de oferecer alojamento à população atingida. Se a Sra. Vera menciona a Igreja, é simplesmente para sugerir a existência de outras iniciativas paralelas similares, como a dos Padres Capuchinhos.

O papel do governo nessas redes parece ambíguo para nossos informantes. A Sra. Herenice afirmou nunca ter visto governo nenhum atuando naquela região. O Sr. Armando parece sugerir que o governo fiscalizava os abrigos:

...no Instituto, então eu procurei ajudar o pessoal. (...) Eles arranjam um jeito dos pobres ficarem alojados ali... Vinham do morro, da favela, do Salgueiro...e também, pessoal de rua mesmo, de outros lugares aí, nem sabia quem era. Então eles aceitaram gente de toda a vizinhança. **Todo mundo que aparecia a gente botava para alojar porque o governo exigia que a gente acolhesse esse pessoal...** (Entrevista gravada pelas autoras, 15 de fevereiro de 2012, grifo nosso).

Todos lembram, contudo, que a alimentação para os desabrigados muitas vezes era fornecida pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS. O SAPS, órgão do governo federal, possuía um grande prédio na Praça da Bandeira, que também servira de abrigo naqueles dias de alagamento, conforme lembrou a Sra. Vera:

Eu me lembro que tinha um prédio azul claro e branco, era do SAPS. (...) Ali não passava nada. Tinha uma rampa de acesso ao prédio e aí o pessoal ficava todo ali em cima por causa da água porque senão... e não podia descer, porque estava tudo cheio.(...) Enfim, eles ficavam todos trepados ali... enquanto a água não baixasse ninguém saía. (Entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012)

A memória dessas redes de solidariedade é definida então pelo motivo que levou o narrador a integrá-las. A Sra. Herenice conta que o que a levou a prestar socorro às vítimas da enchente foi o chamado do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo da cidade do Rio de Janeiro, que pediu a todas as igrejas do Rio que ajudassem a população atingida. Ela então solicitou ao diretor do Instituto de Educação, localizado na Rua Mariz e Barros, no entorno da Praça da Bandeira, que permitisse acesso ao ginásio do Instituto para abrigar os “flagelados”. Sua irmã, também religiosa, instalou-se em outro colégio da região para dali também organizar o auxílio. Tudo, porém, dizia respeito ao seu dever de religiosa. Quando a crise acabou, diz a Sra. Herenice, ela voltou à sua missão, que era de evangelização. Nas lembranças da Sra. Herenice, unem-se solidariedade, cautela e pudor:

telefonei para o Vicente Tapajós, que era o diretor do Instituto e disse para ele “olha Vicente, eu estou precisando de um lugar para colocar gente, agora, não tenho onde colocar esse pessoal. Eu estou pensando pedir um favor a você”. Eu não era [ainda] professora do Instituto naquele tempo, eu era apenas, trabalhava aqui na igreja. “Nós **estamos com alto-falante pedindo que as pessoas venham para a igreja, mas a igreja não tem lugar**” - a igreja não tinha esse prédio. Eu disse “então você me faz um favor, você me empresta o Instituto de Educação até o centro médico. Quando acabar o centro médico, eu vou passar a chave, entrego ao zelador do Instituto,(...) porque não quero ver cenas desagradáveis dentro do Instituto de Educação.” **Já bastava ter que cuidar das senhoras para que elas não se deitassem assim de qualquer maneira** e “eu vou trancar e fico só com o departamento do gabinete médico para cá. Preciso do médico para nos atender. Onde é que você vai arranjar um médico para mandar aqui para o Instituto de Educação?”. Aí ele fez isso, puseram um som, nós corremos a paróquia toda avisando, onde tinha **favelado**: “venham para o Instituto de Educação, venham para o Instituto de Educação. Também

colocamos pessoas num outro colégio mais em cima, também minha irmã foi até para o outro colégio. (Grifo nosso, entrevista gravada pelas autoras, 15 de fevereiro de 2012).

Compare-se, por exemplo, com a inserção da Sra. Vera em outra rede de auxílio. A Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ, também estava solidária. A Sra. Vera nos relata o papel do movimento estudantil e a solidariedade da universidade no momento da catástrofe:

Ali enchia bastante porque parece que não havia escoamento suficiente. A [rua] Haddock Lobo sempre encheu muito, a [rua] Mariz e Barros também, mas a Haddock Lobo enchia bem. Sobretudo houve descida de muita terra do morro do Salgueiro e foi **assim que conheci o pessoal do morro que foi lá para a escola e ficou lá abrigada durante uma semana, uma semana, quinze dias** se não me engano. E a gente ali pode ajudar. Ajudar aos que estavam ali. Mas eles ficaram ali **eu não sei depois o que a prefeitura fez, o que o governo do estado fez**. Depois a gente ficou também em luta de movimento estudantil... Mas a rede de solidariedade foi organizada pela escola, a universidade, a própria faculdade. O Diretório Acadêmico. Foram os estudantes que chegavam e traziam o pessoal para comer, para ficar lá. A gente mesmo. Eu me lembro perfeitamente... Eu não ficava até tarde porque também morava na Barão de São Félix e ali também não era fácil, quando chovia ou mesmo não chovia, ali era difícil de entrar, não era um lugar fácil. **Lugar de muita malandragem, de muita prostituição**. Então eu chegava lá por volta de dez e meia da noite. Então depois eu não sabia o que é que os estudantes tinham armado lá para o pessoal mas eu via muitas camas, essas camas... tipo colchonete. Enfim, ficaram lá um bom tempo, bastante tempo, tanto que as aulas foram suspensas bastante tempo, quase uma mês nós ficamos sem aula. É... na enchente de 1966. E ajudamos lá como foi possível, agora... A população e um pouco da igreja, a igreja dos Capuchinhos também ajudou muito... É. (Grifo nosso, entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012).

Tanto as lembranças da Sra. Herenice como as da Sra. Vera, de formas diversas, mostram como as redes de solidariedade não apagam, mas por vezes aguçam as percepções de classe e da diferença entre quem ajuda e quem recebe a ajuda.

3.2 Desabrigados, flagelados, favelados: o recorte de classe na memória

Nos jornais e nas entrevistas, os termos para descrever as pessoas atingidas pelas enchentes varia da descrição de sua condição pela enchente (como “vítimas”, “flagelados”, “desabrigados”) para a descrição de sua condição social *fora* da enchente (como “favelado”, “pobre”, “pessoal do morro”). A enchente era um hiato na relação entre as classes no Rio de Janeiro, mas pensar no futuro tornava esse hiato extremamente breve. Afinal, para onde iriam os desabrigados depois de saírem dos abrigos improvisados? Quando a vida voltaria ao “normal” – e esse “outro” abrigado no Maracanã deixaria de ser “flagelado” para ser simplesmente “favelado”?

No dia 20 de janeiro, o jornal *Última Hora* anunciava que o Estádio do Maracanã se tornaria o maior albergue do mundo, recebendo os 18.910 *flagelados* ainda abrigados em escolas públicas e instituições particulares. Até aquela data, o estádio servira somente como ponto de apoio para recebimento de roupas e gêneros alimentícios. Segundo o jornal, o destino definitivo dos *flagelados* seria decidido pelo Grupo de Trabalho de Emergência, cujas conclusões serviriam de base para o Governo Estadual:

Até o momento nenhuma decisão definitiva foi tomada sobre urbanização ou eliminação das favelas, o que será feito em etapa posterior. As atuais medidas de emergência terminarão com a instalação dos desabrigados nas casas da Cidade De Deus. Entanto isto, prosseguiam os trabalhos de remoções dos escombros em vários pontos do Rio, calculando-se que no desabamento da Rua Santo Amaro ainda se encontravam 40 cadáveres soterrados sob as ruínas do bloco residencial do IPEG. (Última Hora, 20 de fevereiro de 1966, p. 5).

Através dos jornais, tomamos conhecimento de quinze equipes de assistentes sociais e representantes da Secretaria de Segurança que fizeram uma triagem dos desabrigados, recolhendo os seguintes dados: número de filhos, condições socioeconômicas, onde residiam e trabalhavam até o dia 12 de janeiro, número de parentes que tinham perdido e condições para a total recuperação moral e financeira da família. Portanto, o trabalho do poder público incluía tanto o auxílio ao “flagelado” como uma certa visão sobre o papel do “favelado” na cidade.

Além da Secretaria de Segurança, estava trabalhando na ajuda aos desabrigados a Secretaria de Serviços Sociais, que esperava concluir, em curto prazo, as 1.200 casas já em condições de serem habitadas na Cidade de Deus, em Jacarepaguá, e, a prazo mais longo, outras 2.800 casas no mesmo lugar. Para vencer a crise, lançaram a campanha “Abrigue uma família”, a fim de liberar o Maracanã o mais rapidamente possível, já que as 2.800 casas de Cidade de Deus só estariam prontas em seis meses.

Segundo o jornal *Última Hora* de 20 de janeiro de 1966, “a Secretaria revelou que já tem um plano de urbanização da favela do Jacarezinho e outro de melhoramento do Parque da Gávea, acentuando que esse será o estágio intermediário para a solução definitiva do problema”. Mas o *Última Hora* criticava o governo quando este também afirmava que ajudaria nos mutirões para reconstrução de casas nos morros e em vários números manchetes de capa afirmavam que o “governo fará ressurgir favelas”.

Uma atuação importante, além das instituições citadas, também partiu das próprias lideranças das comunidades, e o presidente da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, João Marcolino, convocou todos os moradores em favelas para uma reunião geral, no dia 29, às 16 horas, na sede do Morro do Catumbi, quando seria feito um levantamento da situação de cada favelado e elaborado um programa sobre o assunto a ser apresentado às autoridades competentes. Enquanto o Estado oscilava entre projetos “remocionistas” e urbanização de favelas, as lideranças dos moradores de favelas continuavam avançando em sua estrutura organizativa, tendo fundado, em 1963, a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara – FAFEG. Criava-se, assim, por meio de uma identidade baseada tão somente nas condições de habitação, uma possibilidade de incorporação política dos moradores das favelas à vida da cidade (Zaluar & Alvito, 2006, p. 35). Como se vê, mesmo durante a ditadura, a Federação e as associações de favelados se mantiveram ativas, pelo menos nesse caso.

Os entrevistados também recordam como faziam para tentar conduzir os “desabrigados” para a casa de seus patrões, numa tentativa de resolver o problema, ainda que momentaneamente. A Sra. Herenice, por exemplo, conta que

E então nós fomos colocando todos os **favelados** sem moradia lá nas escolas... Agora a Heliete [irmã da Sra. Herenice] resolveu saber [entrevistando os desabrigados] “onde é que você mora? O que faz?” e eles respondiam: “eu moro em tal lugar, mas trabalho na...” E ela: “me dá o telefone de onde

você trabalha”. A Heliete telefonava: “escuta aqui, a sua empregada está aí?” “Não”, dizia o patrão. “Ah, então eu vou mandar a sua empregada para a sua casa, porque a senhora fica com ela na sua casa, dorme onde puder, mas pelo menos é menos um **desabrigado**”. E a Heliete ia fazendo esse trabalho de assistente social, que naquele tempo não se dizia se o Estado tinha ou não tinha... Porque havia muita **empregada doméstica**... Telefonava dizendo que ela estava sem casa, e de fato estavam, mas não precisava ficar dormindo nos colchonetes dos abrigos. Então assim nós fomos esvaziando o Instituto de Educação e as outras escolas... Mas na enchente nós enchemos todas as escolas. (Grifo nosso, entrevista gravada pelas autoras, 15 de fevereiro de 2012.).

Verificamos, aqui, também, uma preocupação com o controle social e o medo de violência ou de que a população de desabrigados viesse a cometer algum tipo de “baderna”. Isso fica muito claro quando recuperamos trechos das entrevistas realizadas com membros da classe média tijuicana, do lado mais bem favorecido da Praça da Bandeira. Tanto o Sr. Armando quanto a Sra. Herenice acabam por transformar a enchente numa memória de cidade dividida entre, de um lado, o “favelados/flagelados”, que poderiam causar tumulto, por não querer sair dos abrigos após o fim das chuvas; e, de outro, os mais favorecidos, que forneciam ajuda, fosse por caridade, fosse por obrigação.

O Sr. Armando, lembrando-se de sua participação, chega a afirmar num determinado momento que “... ajudava fiscalizando lá os **pobres** para não fazer certas bandalhas, porque desses lugares a gente tem sempre que olhar se não eles fazem as bandalhas, roubam, fazem essas coisas. A gente procurava ajeitar então para o pessoal ficar mais ou menos alojado e direito.” (Grifo nosso, entrevista gravada pelas autoras, 15 de fevereiro de 2012).

Evidentemente, a enchente de 1966 não atingira somente “barracos nas favelas”, mas daquele ano podemos ter notícia de vítimas de indistintas classes sociais. Os desabrigados de classe média, no entanto, normalmente encontravam sua própria rede familiar de ajuda, e não precisavam recorrer aos abrigos improvisados. Mas mesmo entre aqueles que de fato usavam os abrigos, havia uma grande diversidade que, na memória, é amalgamada nessa imagem do “favelado/flagelado”. Essa construção de memória atravessada por um *ethos* determinado pela classe diz muito da complexidade do uso do depoimento oral num projeto como este.

Na fase inicial de nosso trabalho, formamos nossa rede de entrevistados a partir dos idosos ativos na igreja mais próxima da Praça da Bandeira, a Basílica de Santa Teresinha, onde encontramos pessoas que moravam na região nos anos 1960. Nossa hipótese inicial sugeria que questões de gênero e de identidade local seriam prevalentes nas lembranças dos eventos transcorridos. Ao longo da pesquisa, no entanto, as questões de classe destacaram-se marcadamente.

Nossa pesquisa ainda não ampliou esse círculo de entrevistas para incluir moradores do outro lado da Praça da Bandeira – o lado mais pobre – nem outros moradores de outras regiões da cidade que sofreram com a enchente. Porém, nas entrevistas preliminares, ainda sem gravador, ao procurarmos possíveis “narradores”⁵, deparamo-nos com o Sr. Fábio, 74 anos, morador do Estácio, de origem humilde e frequentador há mais de trinta anos de um bar na Rua do Matoso, famosa esquina da Praça da Bandeira. Seu depoimento, brevemente anotado num caderno de campo, sublinha o recorte de classe na construção da memória de um mesmo evento. O rico lembra de forma diferente da do pobre – e mesmo quando a distância entre classes não é tão aguda (de classe média para classe baixa), os relatos divergem sensivelmente.

Diferente da Sra. Maria Angelina (que acabáramos de entrevistar naquele dia, numa bela sala, que funcionava como local de ensaio do coral da Igreja, com piano e móveis antigos), que nos dissera nunca ter tido problemas com a alimentação durante as enchentes, pois ali ao lado de sua casa havia as Casas da Banha, o Sr. Fábio nos disse que chegou a passar fome. Ele não tinha condições de comprar em comércios como aquele, e as alternativas mais econômicas rapidamente se esgotavam. Os jornais corroboram o relato do Sr. Fábio, mais do que o da Sra. Angelina. Na enchente faltava comida, sim. Em 20 de janeiro, o jornal *Última Hora* relatava que “dezenas de famílias de todos os pontos da Guanabara já se agrupavam, ontem a tarde, nas portas do Maracanã, para pedir abrigo ou alimentos, que eram fornecidos mediante o preenchimento de uma ficha de identificação”. A partir das fichas e de outros dados, o IBGE revelou que o número de desabrigados era de 39.203, distribuídos em 8.727 grupos de familiares, recolhidos em 313 abrigos. O maior número de flagelados foi recolhido em Copacabana – 7.237 –, no famoso Shopping Center de

5 O sentido aqui é o de Walter Benjamin, que vincula estritamente a arte de narrar à troca de experiências: “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (Benjamin, 1994, p. 201).

Copacabana, entre adultos e crianças, e o maior número de abrigos (cinquenta) existia em Vila Isabel.

Na casa da Sra. Maria Angelina e na do Sr. Armando, de acordo com suas respectivas lembranças, nunca faltou luz ou água nos momentos mais dramáticos, e até afirmam, ambos, que “agora é que falta toda hora luz”. De novo, essa lembrança contrasta com as notícias dos jornais de época, que declaram que a própria Light, a companhia de iluminação da cidade, interrompia o fornecimento de energia elétrica até para evitar acidentes, sobretudo os provocados por eletrochoque. No complexo jogo do lembrar e do esquecer e dos diferentes tipos de memória, nos deparamos com memórias plurais da Grande Enchente de 1966, que ora guardam especificidades provenientes da visão de mundo de cada narrador, ora nos brindam com profundas semelhanças, em que a memória torna-se uma questão de cultura de classe. O mais atingido é sempre o outro, o pobre que estava do outro lado da Praça da Bandeira, por exemplo, como conta a Sra. Maria Angelina:

Ah sim, eu tinha até umas amigas na ocasião, que nem sei onde elas tão morando porque eu nunca mais vi, mas elas moravam ali perto da rua Ceará ali na Praça da Bandeira, uma vila... do outro lado... e toda vez que chovia entrava água na casa dela era uma tristeza... Ficava com tudo estragado. Era triste, porque lá enche muito né... Lá enche, lá daquele lado de lá enche muito. É, mas aquele pedaço lá não é brincadeira não, ali enche, toda vez que chovia era isso na casa dela... Dava até pena. (Entrevista gravada pelas autoras, 12 de fevereiro de 2012.)

Em história oral, temos sempre que ter em mente que, mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. A memória dos entrevistados aqui analisada é atravessada pelo olhar de uma determinada classe social que era pouco atingida pela enchente, mas que, pelos vínculos com entidades como a Igreja, a escola, a universidade, atuaram no sentido de colaborar no momento de catástrofe com as vítimas da enchente. No caso da catástrofe de 1966, ricos e pobres, zona sul e zona norte, toda a cidade sofreu. Mas a memória, por ser indissociável da organização social da vida, atenua a chuva do “lado de cá”, do lado dos favorecidos, e aumenta o volume da chuva do “lado de lá”, dos pobres.

As histórias narradas pelos entrevistados devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos fac-

tuais. Pela própria maneira como nos é narrada a enchente, o que foi feito, como foi feito, do que se lembram enquanto sujeitos atuantes nas redes de solidariedade ou como sujeitos que sofreram ou quase não sofreram com as chuvas, até ao falar da tragédia que atinge o outro, o pobre, o habitante do “outro lado” da Praça da Bandeira, o favelado do Morro do Salgueiro, o narrador constrói uma identidade na diferença, na alteridade. Os entrevistados de classe média, na maioria com idade avançada, já próxima aos noventa anos, moradores do lado “tijucano” da Praça da Bandeira, próximo à Rua Mariz e Barros, entrevistados na igreja de Santa Terezinha, em frente ao Instituto de Educação, constroem em suas narrativas um discurso de que quase não sofreram com a enchente de 66 e com os outros alagamentos que ocorriam com frequência na região.

Segundo os entrevistados, conforme acima citado, quem mais sofria eram os moradores do outro lado da Praça, região mais pobre, a Vila Mimosa (tradicional ponto de prostituição) e os “favelados”, no caso, os moradores do morro do Salgueiro. Talvez realmente nossos entrevistados não tenham sofrido tanto com a falta de água, luz, abastecimento, ou talvez simplesmente não se lembrem disso. Mas é um *não lembrar* diferente de *esquecimento*, um *não lembrar* que sugere um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação. Aparentemente, a memória que relatam é a da ajuda que prestaram às vítimas pobres que perderam tudo na enchente, ajuda essa que passava pela relação deles com a Igreja, por exemplo. O Sr. Armando, a Sra. Angelina e a Sra. Herenice respondiam ao chamado da Paróquia e do Instituto de Educação. E mesmo construindo a memória da solidariedade sob a dinâmica dessas instituições, suas memórias são permeadas de contradições próprias de quem lembra. Afinal, “a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões” (Pollak, 1989, p. 11).

Os entrevistados parecem não querer falar tanto da enchente de 1966 ou das enchentes, tema da entrevista, e sim de outros temas que se tornaram muito mais importantes em suas vidas, como o serviço para a Igreja. No caso do Sr. Armando, a entrevista permitiu que ele desse vazão ao seu amor pelos bondes, sua experiências de circular pela cidade, a história dos transportes, seu trabalho na PanAir. Já para Sra. Herenice, a ênfase era na sua trajetória como educadora, nos tempos de faculdade, na história da educação infantil e da catequese. Quando formamos a rede a partir da igreja, esperávamos

conseguir ali relatos muito mais densos sobre a enchente. Afinal, ali era historicamente um dos locais mais atingidos pelas enchentes que assolaram o Rio de Janeiro ao longo do século XX e já no século XXI. Tais relatos de fato entremeiam as histórias de vidas de nossos narradores, mas muito mais como *cotidiano* (de ajuda, de missão, de movimento estudantil, de moradia) do que como *desastre* ou *catástrofe*.

Para nossos narradores, a Praça da Bandeira é o espaço em que esse cotidiano se realiza, e as enchentes, o momento em que a vivência pessoal (de classe, de relações sociais, de missão religiosa) é fixada na memória com exemplos concretos, exemplos que transcendem o cotidiano individual e se unem à história da cidade. Portanto, esse “pedaço” de território carioca durante as enchentes adquire diferentes sentidos, e passa a ser mais do que um “não lugar” (Augé, 2007), um local de passagem atravessado por avenidas e viadutos que possibilitam a passagem dos cidadãos cariocas da zona norte para o centro e para a zona sul. Ao contrário, a praça se torna um lugar de ação, de sofrimento, de perigos, e também de diferenças de classes.

3.3 A razão das enchentes

Ao pesquisarmos a história das enchentes e a rememoração das chuvas e alagamentos, a Praça da Bandeira ganha vida mesmo para os que só a tratam como um simples local de passagem. Torna-se um lugar com uma história, uma identidade própria, um lugar que existe e é pleno de sentido e de símbolos imaginados pelos moradores de seu entorno e frequentadores. Mesmo aqueles que por lá transitam de carro, ônibus, metrô ou a pé, despercebidos e desatentos, durante as chuvas e enchentes voltam a se preocupar com o espaço, voltam a lhe atribuir o sentido do “lugar que sempre enche”.

A enchente parece ser mais “real” quando pode ser relacionada à Praça da Bandeira. Os cariocas, quando se lembram das enchentes, fazem questão de explicitar que ali sempre encheu e que muita gente já morreu, perdeu automóvel ou simplesmente ficou presa num engarrafamento por conta do alagamento da região. O poder público reforça essa percepção. Até hoje, nos locais de passagem da grande praça, nos túneis de entrada e saída da estação dos trens de subúrbio, há avisos de perigo em caso de chuva – “se a água atingir este nível, é proibido

circular”. Mesmo na Praça, há marcadores de nível de água, para evitar que pessoas sejam pegas de surpresa durante um temporal, com a rápida elevação dos níveis de água na praça, que fica sempre submersa, principalmente quando o Rio Maracanã e o Canal do Mangue transbordam.

Os moradores do entorno precisam dar sentido à sua experiência de enchentes periódicas, particularmente aqueles que, por razões econômicas e/ou sentimentais, permaneceram no bairro por décadas. Tanto os residentes da mal-afamada Vila Mimosa, conhecido ponto de prostituição na área pobre da Praça da Bandeira, como os mais bem estabelecidos moradores da Rua Mariz e Barros, constróem uma visão dos porquês da recorrência das enchentes. Aqui, portanto, a metodologia da história oral novamente se une aos estudos de história ambiental urbana no sentido de entender as relações da população com a natureza da cidade, ou seja, no caso, indagando como nossos entrevistados explicam a enchente.

Durante as entrevistas, as autoras perguntaram diretamente aos entrevistados a razão para a ocorrência das enchentes. Quem ou o que é responsável por tantas calamidades? O Estado? A Natureza? Os próprios habitantes, que jogam lixo nos bueiros?

Para a enchente na Praça da Bandeira, todos os entrevistados enfatizam que é a falta de escoamento de água ou a dragagem dos rios o motivo da enchente. O Sr. Armando dá ênfase à falta de escoamento de água e ao desnível dos terrenos em relação ao mar. Ele relata: “... porque o problema todo ali nas enchentes era justamente o escoamento da água. Hoje eles estão querendo fazer, acabar com essas enchentes justamente procurando liberar essas águas para outro lugar”. (Entrevista gravada pelas autoras, 15 de fevereiro de 2012).

A Sra. Maria Angelina, confrontada com a mesma pergunta, vai além. O escoamento não deve ser somente das águas da chuva, mas também dos rios: “Por causa desse rio Maracanã aí ... Ele transborda e vem tudo para cá, não é? E não tem escoamento, chega aqui na Rua Mariz e Barros não tem. Eles fizeram um conserto ali na rua Campos Sales, mas já tem tempo isso, lembro bem que época foi, eles fizeram consertos que mudaram a tubulação, não sei o que, mas não estou vendo nada porque continua enchendo a rua do mesmo jeito”. (Entrevista gravada pelas autoras, 12 de fevereiro de 2012).

Já a Sra. Vera elenca vários fatores para a ocorrência das enchentes, destacando a falta de cuidado dos moradores, a força da natureza e o descaso do governo:

Com relação à população eu acho que as pessoas não estão nem aí, elas sujam tudo. Elas entopem os bueiros, elas jogam papel no chão e não querem nem saber, jogam qualquer coisa, copo descartável, pet, aquelas coisas de guaraná, de Coca-Cola, eles jogam em qualquer lugar. Isso entope, isso aí dá um problema sério. Porque você vê que o Rio também já é abaixo do nível do mar, então isso já é um problema sério. Sempre encheu, é, sempre encheu. (...) O Maracanã, nesses lugares onde passa rio, sempre encheu... (...) é...onde tem rio tem enchente. Onde tem rio, tem enchente. É muito difícil não ter. (...) A natureza tem o seu, vamos dizer assim, a sua culpa, não é culpa, mas enfim, a sua... parcela...ela é indomável. É uma coisa que vem arrasando, isso aí tem tudo a ver com a situação de clima, mudanças e tudo o mais. Mas isso vem de muito tempo, não é só agora. **Quer dizer, o ciclo da natureza está aí. Agora, se a população não ajuda e se os governos não tem cuidado e não bancam a coisa isso é o que acontece todo ano, essa porcaria.** Fora as contenções de um ou outro morro, não. Mais asfaltos, mais viaduto. Não absorve. Agora, você coloca, por exemplo, muito cimento, cimento acaba com o lençol freático, não tem jeito. O Rio sempre foi arborizado mas em determinados locais, por exemplo, no Mangue mesmo você tinha. Mas você tinha palmeira, o que é a palmeira? Porque a terra é fechada, eles fecham com asfalto, fecham com o cimento das calçadas. Então, eles tem que arranjar outra forma de canalizar a água para a água não subir, porque a água sobe. (Grifo nosso, Entrevista gravada pelas autoras, 26 de fevereiro de 2012).

A “razão da enchente” não é uma lembrança, mas uma análise feita por nossos entrevistados das relações entre natureza e cidade a partir do seu entendimento no século XXI. Mas essas análises coloreem as lembranças da enchentes, inclusive da Grande Enchente de 1966. O sentimento de indignação que transparece nas notícias de jornais, contemporâneas à catástrofe, está ausente das entrevistas que evocam o evento, porque há uma percepção de “lugar crônico” de enchente: sempre enche, sempre vai encher. Desde 1966, esses moradores viram obras de contenção de enchente na Praça da Bandeira, viram soluções tecnológicas propostas por governos de diferentes matizes políticos, e as enchentes continuam. Por parte do Sr. Armando e da Sra. Herenice, ao menos, há a percepção de que algo melhorou, de que as enchentes hoje não são tão frequentes como há 40 anos – ainda que os registros dos jornais desmintam essa percepção. Mas mesmo para o Sr. Armando e a Sra. Herenice, as enchentes continuam como parte do dia a dia na cidade.

A relação entre enchentes e cidades que emerge das entrevistas é paradoxal. Por um lado, permanece a ideia de que uma solução técnica existe, e que alcançar a respostas para as enchentes na Praça da Bandeira é somente uma questão de tempo, de competência governamental e, de mais difícil alcance, de “educação do povo”. Por outro lado, há o reconhecimento de que a topografia e os rios que drenam no Canal do Mangue ainda passam sob seus pés, “*apesar [de as pessoas] não verem o rio que está passando.*” Assim como os rios, visíveis ou não, sempre passam em seus cursos, a Praça da Bandeira sempre vai encher.

4 Considerações finais

Trabalhar com história oral é procurar o conhecimento histórico em fragmentos de lembranças, discursos absolutamente pautados pelo *ethos* de quem entrevistamos... São textos carregados de subjetividade. De todo modo, o *significado* do evento, a enchente em si, consiste justamente em sua capacidade de gerar múltiplas visões, múltiplos relatos, múltiplas interpretações. Aliás, os relatos já são interpretações, como nos lembra Alessandro Portelli:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (como é o caso de Frederick Douglass), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (Portelli, 1996, p. 70).

Essa problemática tornou-se particularmente interessante quando nos propusemos a escrever este artigo procurando responder em que me-

dida a história oral poderia ser usada para a compreensão de uma história ambiental urbana – uma história da enchente de 1966 no Rio de Janeiro, com ênfase na Praça da Bandeira e seus arredores. A visão de mundo, a cultura, a classe social, diversos fatores acabaram por conformar uma memória comum sobre a enchente, sobre a solidariedade, sobre as razões para a calamidade. As narrativas sobre o caos urbano pós-dilúvio, as estórias e histórias da Grande Enchente de 1966 e de outras enchentes nos anos anteriores e posteriores confundem-se com as histórias de vida de nossos depoentes que, por viverem no Rio de Janeiro, próximos ou não à Praça da Bandeira, experimentaram o que é morar em uma cidade constantemente assolada pelo resultado danoso de uma mistura perigosa: ocupação de áreas pantanosas e/ou mangues com a diminuição da capacidade de absorção do solo, em uma área onde a chuva é parte do ecossistema num processo de urbanização desgovernado.

Esta etapa inicial da nossa pesquisa revelou novas diretrizes que devem ser incorporadas em investigações posteriores.

Em primeiro lugar, o foco em um lugar específico – um lugar de passagem que desafia a definição de “não lugar” – sublinha a importância da circulação para uma cidade como o Rio de Janeiro. O par moradia/circulação não é antagônico, mas complementar, e um espaço de moradia para alguns (como a Praça da Bandeira) é lugar de passagem para outros (o resto da cidade). Como Steinberg (2000) sugere, ao propor uma história ambiental voltada para o desastre, certos tipos de eventos (como enchentes) provocam paralisias na cidade que afetam o espaço público de circulação tanto quanto o espaço privado da casa. Em contraste, outros tipos de desastres (como secas ou epidemias) têm um impacto mais difuso, sem necessariamente influir na circulação da cidade.

Segundo, a identidade do bairro não se sobrepõe à identidade da cidade no período de enchentes. A enchente permite uma maior interação entre os vizinhos, envolvidos nas redes de solidariedade. Mas nem por um momento essa interação transforma a comunidade em um sistema fechado.

Finalmente, a cidade que emerge das águas é uma cidade ao mesmo tempo solidária e segregada. Como vimos acima, as redes de solidariedade reforçam, ao invés de obliterar, as diferenças sociais e as percepções de lugar, mesmo durante um desastre urbano. Os estudos de história ambiental urbana precisam, portanto, considerar a paisagem social, com particular atenção às diferenças de classe, ao mesmo tempo que decifram as paisagens urbana e natural.

Referências

- AMADOR, E. da S. *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro: E.S. Amador, 1997.
- AUGÉ, M. *Non-Places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity*. London: Verso Books, 1995.
- BENJAMIN, W. *O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRANTZ, D. The Natural Space of Modernity: A transatlantic perspective on (Urban) environmental history. In: LEHMKUHL, Ursula e WELLENREUTHER, Hermann. (Org.). *Historians and Nature: Comparative Approaches to Environmental History*, p. 195-208. Oxford: Berg Publishers, 2006.
- CRONON, W. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. 1st ed. New York: W. W. Norton, 1991.
- _____. The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature. In: *Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature*, New York: W. W. Norton & Co., 1995.
- FORTUNA, A. P. & FORTUNA, J. P. P. Associativismo na favela. *Revista de Administração Pública* 8 (4): p.103-52, out./dez., 1974.
- LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LÉRY, J de. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MELOSI, M. V. *The Sanitary City: Urban Infrastructure in America from Colonial Times to the Present*. Baltimore & London: The John Hopkins University Press, 2000.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- ROSA, L. P. e LACERDA, W. A. (Eds.). *Tormentas cariocas - Seminário Prevenção e Controle dos Efeitos dos Temporais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: COPPE/ UFRJ, 1997.
- SCOTT, J. C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven and London: Yale University Press, 1998.
- STEINBERG, T. *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*. New York: Oxford University Press, 2000.

WEBER, W. (Org.). *Ambiente das Águas no Estado do Rio de Janeiro, PLANÁGUA-SEMADS/GTZ 10*. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Org.) *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Resumo: O artigo discute a contribuição da metodologia da História Oral para os estudos de História Ambiental Urbana, no caso, para a construção da história das enchentes no Rio de Janeiro na segunda metade do século XX. Através de entrevistas, a pesquisa recupera as memórias da Grande Enchente de 1966 – um marco na história da cidade. O recorte espacial é a Praça da Bandeira, um dos pontos mais atingidos da paisagem urbana, e que se tornou referência na memória das enchentes do Rio de Janeiro. A metodologia combina entrevistas com moradores da área e leitura de jornais da época. O texto estuda as redes de solidariedade criadas durante a enchente e sugere que essas redes revelam de forma privilegiada as tensões e dinâmicas de classe que têm lugar no espaço urbano.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, enchentes, História Ambiental Urbana, memória.

Tales of a Carioca Deluge: Memory and Nature in the Great Flood of 1966

Abstract: This article discusses contributions of Oral History to Urban Environmental History studies, by analyzing the history of floods in Rio de Janeiro, Brazil, during the second half of the 20th century. Through oral interviews, the study uncovers the memories of the Great Flood of 1966, a critical moment in the city's history. Its spatial focus is the Praça da Bandeira, one of the areas most affected by the floods, and a landmark in the memory of floods in Rio de Janeiro. The methodology combines oral interviews with local residents and analyses of newspapers. By analyzing the solidarity networks which emerged during the flood, the article argues that they uncover in a unique way the dynamics and tensions between social classes that take place within the urban space.

Keywords: Rio de Janeiro, floods, Urban Environmental History, memory.

Recebido em: 11/03/2012

Aprovado em: 25/05/2012